

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

 TRABALHO DE  CONCLUSÃO DE  CURSO

TEMA: A REPUBLICANIZAÇÃO NO PARÁ: O
ABASTECIMENTO NO GOVERNO DE LAURO
SODRE (1891 - 1894)

AUTOR: JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES TRINDADE

MATRÍCULA: 8536029 - 2

UFPa - CMB - Biblioteca
Data: _____
Registro: 043196
Origem: D
Cód: 900

BELEM-DEZEMBRO-1990



HISTÓRIA
ETIQUETA Nº 18

SSBI



UNIFESSPA
BIBLIOTECA JOSINEIDE TAVARES

DEDICATORIA

Dedico a presente obra: Em primeiro lugar ao Deus supremo de luz e sabedoria, depois aos meus pais que sempre me incentivaram para o estudo e à minha querida filha Bruna Fernanda.

Também dedico a minha querida Diretora do Centro de Estudos Objetivos Maria Augusta que sempre me apoiou e me abriu as portas para a minha atividade profissional e sempre acreditou em mim.

I N D I C E

Apresentação	
Introdução	
Capítulo I	
- Contextualização do Movimento Republicano no Brasil e no Pará	
.1 - Conjuntura Sócio-econômico e Ideológico	
.2 - O Movimento Republicano e suas Origens	9
.3 - Redefinição da Ordem Política: A Constituição Republicana	15
.4 - A República no Pará: Conjuntura Sócio-econômica	24
.5 - A Gênese do Clube Republicano: As Primeiras Manifestações	28
- A Constituição Republicana Paraense	31
	35
Capítulo II	
- O Governo de Lauro Sodré (1891-1897)	
.1 - Características do Novo Governo	39
Capítulo III	
- Abastecimento de Gêneros no Governo de Lauro Sodré	
1 - Ações do Governo e o Controle Fiscal	
2 - Os Gêneros	49
	54
Inclusão	
	59
Referências Bibliográficas	
	63

A P R E S E N T A Ç Ã O

- - - - -

Este trabalho foi elaborado com a finalidade de servir para obtenção de grau de Licenciado Pleno em História e foi apresentado ao departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará janeiro de 1991.

Tivemos como orientadora a Professora Leila Mourão, daquele departamento.

O tema desenvolvido foi sugestão para que exercitássemos uma atividade de investigação e elaboração de conhecimento histórico sobre a região.

Com a apresentação deste cumpre-se o ritual necessário para a obtenção do Título de Licenciado em História.

Se novas necessidades de pesquisa surgirem, no exercício da profissão, consideramo-nos treinados para executá-la.

O Autor

INTRODUÇÃO

A participação popular foi pequena no processo de gestação da república brasileira, e a transição para essa nova forma de governo foi conduzida por elites regionais.

O 15 de novembro de 1889 é comemorado anualmente a partir do ano seguinte, consolidando nos grupos sociais a idéia de que o movimento foi feito para atender aos anseios da sociedade em geral.

Neste trabalho desenvolveremos capítulos mostrando a influência dessas elites no processo de republicanização, tanto nacional quanto regional (no caso, a republicanização do Pará).

A relação existente entre a Proclamação da República e sua repercussão no cenário regional pode ser percebida no abastecimento de gêneros (alimentos, produtos extrativos para exportação, serviços, etc) comercializados no mercado de Belém. Justifica-se assim a observação do desenvolvimento das demandas desses gêneros no comércio local, em um período anterior e imediatamente posterior ao advento da República no País e no Pará. Isso se faz necessário para que se esclareça as modificações ocorridas quando da instalação de um governo republicano, no caso, o de Lauro Sodré.

De um modo geral, as transformações ocorridas após o movimento republicano (administrativas, fiscais e financeiras) beneficiaram parcela mínima da população brasileira. Essas mudanças devem-se a uma real necessidade de -- como diz Darcy Ribeiro em: A América e as civilizações -- " atualização das relações entre as pessoas, ou grupos sociais com os organismos administrativos da vida cotidiana". Parece-nos evidente que, no caso paraense, um militar de classe média

como Lauro Sodré, que ascendeu socialmente através do militarismo, pretendesse reconhecimento e participação econômica maior em sua própria sociedade. Os documentos utilizados para análise -- Relatórios e Mensagens de Governo, levantamentos bibliográficos e biografias -- mostram que sua participação foi fundamental para a consolidação do movimento republicano no Pará. Esse material utilizado para análise visa explicitar o movimento comercial nesse período de Governo administrado por Lauro Sodré. Em alguns momentos será necessário analisar etapas mais longas como a da formação da doutrina republicana no país, tema desenvolvido no decorrer do capítulo I. Também contextualizamos as características da economia onde essa doutrina se desenvolveu, objetivando verificar a relação entre a conjuntura da sociedade e estruturação material de sua economia.

Faz-se necessário também verificarmos os primórdios do movimento republicano no Brasil e sua relação com a economia da época, esse movimento não se vinculou inicialmente a existência de um partido político. O Partido Republicano surgirá à medida que as doutrinas forem se formando na mentalidade de grupos sociais que reivindicam mudanças na relação de produção. O surgimento dessas doutrinas está em consonância com pensamentos de cunho reivindicatório de setores sociais como as oligarquias cafeicultores, de militares do exército e a classe média urbana, que eram discordantes da forma de governo monárquica. Tratamos desse assunto no 2o item do capítulo I, desdobrando-o no seguinte, quando analisamos o surgimento de uma ordenação política da sociedade, a partir das Constituições Republicanas Federal e Estadual.

Houve a necessidade também de desenvolvermos um item sobre as

características da formação econômica da Amazônia, sem dúvida um caso específico da economia agro-exportadora brasileira.

Ao estudarmos a economia Amazônica concomitantemente caracterizaremos o Governo de Lauro Sodré concentrando-nos nas exportações e no abastecimento de gêneros diversos consumido pelo mercado interno de Belém. Esse destaque é feito em função dessa economia regional vivenciar um período próspero, fornecendo o segundo maior produto de exportação nacional, a **borracha**.

A exportação desse produto, em curto espaço de tempo somou dividendos altíssimos para os cofres públicos, como verificamos nos documentos. Essa renda proporcionou um real desenvolvimento das características urbano-arquitetônicas da cidade de Belém. A hipótese que desenvolvemos nesse trabalho é a de que o advento da República muito contribuiu para o aperfeiçoamento de um organismo administrativo estatal eficiente na cobrança de impostos, de acordo com os próprios princípios emanados da Carta Republicana Federal e da legislação estadual estabelecida. O fator principal para a ampliação das funções do Estado na prestação de serviços públicos e construção de obras, está na crescente procura dos produtos extrativos exportados através dos portos de Belém, que consolidaria a natureza metropolitana dessa cidade.

Devemos destacar aqui a impossibilidade de podermos manusear maior número de fontes que podiam estar disponíveis nos órgãos (Oficiais) que percorremos; no entanto, essas fontes nem sempre estão dispostas de maneira sistematizada para utilização pública, como é o caso, por exemplo, das fontes — Relatórios de Governo e Mensagens — do Conselho de Cultura do Pará que, apesar de serem

registradas nos fichários, inexistem no acervo original. Sem dúvida isso contribuiu para que haja certas lacunas no capítulo sobre o abastecimento comercial belenense.

Na proposta inicial de desenvolvimento monográfico, constava um capítulo sobre como era processado o abastecimento de gêneros em Belém antes e depois do advento republicano. Pelas razões acima expostas, desenvolvemos esse possível capítulo em um item do capítulo III, onde elencamos as transformações econômicas — principalmente no tocante às exportações — ocorridas no processo de republicanização do Pará.

As dificuldades surgidas pela ausência das fontes nos impediu de verificar os três anos finais do capítulo que trata do abastecimento no governo de Lauro Sodré, o que era nossa proposta inicial. Cabe a uma proposta de continuidade desta pesquisa, buscar, no futuro, em outros órgãos e/ou fontes, o que permitiria uma perspectiva para a conclusão do curso de Bacharelado.

CAPÍTULO I

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO BRASIL E NO PARA

1.1 - CONJUNTURA SÓCIO ECONÔMICA E IDEOLÓGICA

Pode-se afirmar que o epicentro das idéias liberais foi a França do período revolucionário de 1789. A Revolução Burguesa teve influência imediata nas sociedades históricas ocidentais. Essa revolução instaurou no mundo moderno ideários de liberdade de convivência para justificar o livre comércio entre os cidadãos e os povos, engendrando a insurgente lógica da economia de mercado a nível mundial*.

Antes, em 1776, as Colônias Inglesas da América do Norte, haviam rompido o controle político exercido pelo Reino Inglês, declarando-se independentes e estabelecendo uma nova forma de estruturação político-administrativa, baseada no Estado Republicano Federativa. Estes fatos iriam servir como referência ideológicas para movimentos emancipatórios que ocorreram nessa época, principalmente na América Latina.

O desenvolvimento tecnológico atingido pela Inglaterra, no entanto, provocou uma ação ativa e determinante da diplomacia inglesa na política internacional. A necessidade de criação de novos mercados para absorver a produção industrial intensificava-se à medida que essa atividade era aperfeiçoada.

Com a perda das colônias Americanas e a nova ordenação da

* Segundo Eric J. Hobsbawm, em *A Era do Capital*. São Paulo, Companhia das Letras. 1987, "na Europa a partir desse período as nações se 'fecham', com territórios, exércitos e leis próprias a cada uma delas. Essas 'economias nacionais' competem entre si e a economia mundial tende, no decorrer do século XIX, principalmente nas últimas décadas a aperfeiçoar essa competição, buscando a anexação de novas áreas coloniais. Lênin denominaria essa tendência de 'fase imperialista do capitalismo'".

economia mercantil os mercados latino americano pareciam adequados para as investidas inglesas visando a hegemonia político-econômica a nível mundial. Esses mercados pareciam promissores e poderiam fornecer uma infinidade de matérias-primas para a indústria manufatureira dessa nação, que constituiu-se nesse período com significativa superioridade econômica em relação às demais potências européias.

Dessa maneira, as dificuldades conjunturais que obrigaram a Coroa Portuguesa a transferir-se para o território colonial brasileiro em 1808 foram oportunas aos interesses do Reino Inglês, já amplamente envolvido de maneira vantajosa com a crise do sistema colonial. Assim, o domínio político e econômico exercido pelas classes comerciantes inglesas e o próprio Governo Inglês exerceram fortes pressões sobre as atitudes das Cortes Portuguesas estabelecidas na colônia brasileira. De início, obrigando os portugueses a decretar o fim dos monopólios sobre as matérias-primas originárias do Brasil e intermediadas pelos comerciantes de Lisboa. A liberação dos produtos brasileiros à economia internacional constituiu-se em um fator adverso para a economia portuguesa a longo prazo, já que a mesma estava condicionada historicamente ao regime de monopólio vinculado à atividade agrícola da Colônia.

As doutrinas liberais* que objetivaram-se na participação extra-

* O liberalismo pode ser caracterizado como a ideologia da burguesia defensora das liberdades individuais, a igualdade perante a lei, a instalação de Estados liberais onde o poder governamental limitar-se-ia por Constituições que garantissem os direitos do cidadão e absoluta liberdade da economia. Até meados do século XIX, muitos pensadores ingleses eram adeptos da doutrina do **liberismo econômico**, criada pelo escocês Adam Smith, e defendiam o livre comércio internacional, a livre competição que impulsionaria a produção, a melhoria da qualidade dos produtos e a queda dos preços, exigiam do governo o apoio ao crescimento da produção, a manutenção da lei e da ordem e a garantia do respeito a propriedade privada.

-portuguesa na economia brasileira, tiveram caráter restritivo. Ideários de livre comércio, na colônia brasileira, não foram iguais aos praticados na Europa, onde a liberdade de direitos e responsabilidades ou deveres moldou um sistema de leis e contratos comerciais mais amplos, conforme as possibilidades de cada cidadão e sua participação no jogo social característico de uma economia de mercado centralizada e já aquecida. No Brasil houve uma desigualdade de situações infra-estruturais como, por exemplo, a forte tendência à reação dos comerciantes locais ao liberalismo institucionalizado por Cartas Régias e Alvarás, que emanavam privilégios aos portugueses e europeus. O Decreto de 11 de junho de 1808, exemplifica o teor da liberdade comercial que a colônia devia praticar, ou seja, baixas tarifas aduaneiras a favor desses comerciantes portugueses.

A justificativa dos ideários liberais transferidos para o Brasil conforme a ação da Corte Portuguesa é a de permitir a comunicação direta com outras nações e não só com Portugal. É evidente que essa comercialização não era tão direta com todas as nações nesse momento de divergências belicosas entre reinos europeus, onde simples relações de parentesco entre nobres era o suficiente para impedir relações diplomáticas e comerciais, quando ocorriam vendetas entre famílias.

De acordo com Viotti da Costa a formação social e econômica brasileira estava assentada no tripé da produção agro-exportadora, latifundiária e escravocrata, contrastando com os ideais do

(1) VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo. Brasiliense. 1987.

*

liberalismo estabelecido doutrinariamente na Europa, o que levou Robert Schwartz a concluir " que essa doutrina não se apresentou no Brasil colonial de forma acabada e sim como um corpo de idéias não adequadas a realidade brasileira (2)". Para que essas idéias se implantassem, seria necessário uma modificação que operacionalizasse a desmontagem do sistema de produção escravocrata e viabilizasse, pelo menos a longo prazo, o trabalho, utilizando a mão-de-obra assalariada. Essas idéias estariam, portanto, fora de seu raio de ação direta, ou seja, estariam fora do lugar, com o que não concorda Maria Sylvia de Carvalho Franco. Para esta autora, não só o liberalismo esteve presente no Brasil colonial/imperial, como serviu de cimento ideológico para materializar as ações das classes dominantes (3), através da reinterpretação da ordem escravocrata, mantendo-a.

Coube a esse setor social representado pela oligarquias escravocratas cafeicultoras -- segundo a autora --, adequar o liberalismo difundido pelo centro do capitalismo mundial (Europa) às realidades da periferia desse sistema econômico, no caso, a colônia brasileira. Em quanto a mão-de-obra escrava parecesse lucrativa, não havia necessidade imediata dessas classes colocarem em prática os princípios libertacionários pregados na Europa. O mesmo ocorre com os

* O liberalismo no Brasil de 1808 teve como limites a presença da Corte Portuguesa, fato que restringiu o potencial de negociações da colônia conforme os interesses dessa corte. Esses interesses estavam circunscritos à dinâmica da crise do sistema colonial, onde a economia inglesa se sobrecolocava às demais, como hegemônicas no conjunto mundial.

(2) SCHWARTZ, Robert. As Idéias Fora do Lugar. in: Ao Vencedor as Batatas. São Paulo. Editora Duas Cidades. 1977

(3) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As Idéias Estão no Lugar. in: Cadernos de Debate No 1. 2a edição. São Paulo. Brasiliense. 1976.

ideais de igualdade em uma situação de desigualdade social próxima do regime de castas das sociedades orientais. No Brasil não houve a estruturação da sociedade em relações de frouxidão e de mobilidade que assimilasse os ideários liberais com um aparelho ideológico de mudança social. As classes dominantes, em poucas palavras, fizeram a leitura que lhes pareceu conveniente do liberalismo a ser praticado no Brasil ao contrário da Europa (França), onde esses ideários serviram como motivo de inovação social para a burguesia urbana questionar aos nobres o papel de condutores do processo político da sociedade. Assim, a estruturação das ideologias emergidas dos setores militares e da oligarquia agrícola localizada em São Paulo estavam intermitentemente ligadas à realidade sócio-econômica que aqui se engendrou.

A partir da proclamação da república, o Estado Unitário existente no Império foi substituído pelo Estado Federativo, com preponderância desses grupos sociais na condução das transformações republicanas. Cada Província do antigo Império passou a constituir um Estado, com autonomia para deliberar sobre seus problemas e para fazer suas próprias leis de acordo com a Constituição, como veremos no item 1.3. Ainda nesse item a seguir, mostraremos a influência dos setores militares na efetivação do movimento republicano, substituindo as doutrinas liberais do período pré-republicano pela doutrina positivista de Augusto Comte .

*

* Augusto Comte (1798 - 1857), preconizava a organização da sociedade estruturada a partir do conhecimento científico -- positivista -- dos fatos e dos seres. A influência no Brasil ocorre depois de 1850 quando já havia sido publicado no Brasil o "Curso Sobre a Filosofia Positiva", em 1842, na França. No Brasil, o maior divulgador da doutrina positivista foi Benjamin Constant, militar do exército brasileiro e que influenciaria uma série de políticos participantes do movimento republicano.

A centralização republicana ocorreria através da implantação de um governante do conjunto dos Estados componentes da Federação. A hegemonia desse processo de centralização, como veremos no item a seguir, recaiu na mão dos segmentos militares que se encarregaram de reformular as leis, manter as relações internacionais, organizar as defesas do país através do aperfeiçoamento das forças militares e coordenar a emissão de moeda.

1.2 - O MOVIMENTO REPUBLICANO E SUAS ORIGENS

Podemos dizer que o processo de gestação republicana no Brasil remontava ao início do mês de maio do ano de 1862. A essa época assentavam-se no parlamento imperial os partidos Liberal e Conservador, com preponderância dos Liberais Progressistas, de tendências anti-imperiais e republicanas. A imprensa divulgou opiniões contrárias à monarquia, como por exemplo, o jornal "A Opinião Liberal", do Rio de Janeiro⁽⁴⁾. Esse jornal fez oposição ao governo imperial tentando rebater o poder Moderador e extingui-lo, exigiu também o fim da vitaliciedade do senado, a substituição lenta e gradual do trabalho escravo pelo livre, eleições diretas para Presidente da Província. Os dois anos que se seguiram seriam de franca ascensão republicana, tendo sido fundado a 29 de julho de 1868 o Centro Liberal, no Rio de Janeiro. Esse centro político posicionava-se vertiginosamente a favor da derrubada da Monarquia, conclamando a união das forças democráticas que se opunham ao absolutismo do monarca⁽⁵⁾. Foi através do programa político que esse centro se aproximou do "A Opinião Liberal".

OS GRUPOS SOCIAIS

A repercussão de idéias republicanas só seriam realmente difundidas através do Manifesto Republicano publicado a 3 de dezembro de 1870. A partir dessa data, com a fundação do Partido Republicano não seria mais possível à ordem monárquica mostrar-se desconhecadora

(4) CASALECCHI, José Enio. A Proclamação da República. São Paulo. Brasiliense. 1982. p. 42.

(5) ibid.

dos descontentamentos populares. O Partido Republicano passou a fazer forte oposição ao governo imperial e, mesmo que muitos republicanos tenham deixado de participar do movimento, às vezes apoiando o Imperador, as articulações republicanas se espalharam pelo país inteiro.

O acirramento da campanha abolicionista caracterizou as diferenças entre proprietários de escravos, de tendência monarquista e portanto de apoio ao Imperador e aos grupos liberais republicanos, que lutavam pelo fim da escravidão. O incentivo à entrada de imigrantes no país afastava a possibilidade de carência de mão-de-obra, até mesmo porque ela já estava sendo largamente utilizada nas lavouras e fazendas de café no interior paulistano. Assim sendo, fazia-se necessário aos partidários do movimento republicano operacionalizar a desmontagem do aparelho escravocrata, mesmo para alguns monarquistas, a escravidão era considerada como uma "mancha negra" na história do Estado monárquico, porém era ela que respaldava o interesse das classes hegemônicas latifundiárias e monocultoras do império, assim sendo, havia um certo temor da classe dominante por causa da possibilidade de virem a perder seus lucros com o fim da escravidão. A ideia da republicanização significava para esse setor da sociedade brasileira uma virtual decadência econômica.

A Ação da Igreja

A Igreja foi uma instituição social que exerceu profundas influências no processo de republicanização do Brasil. Segundo a Constituição de 1824, ficava estabelecido que o catolicismo seria a religião oficial do Estado, estando a Igreja submissa ao Imperador e o responsável pelo clero, pagar-lhe-ia um salário, devendo ainda as

ordens do Papa ter a aprovação do mesmo para serem obedecidas pelo clero. A esta submissão da Igreja ao Imperador, convencionou-se chamar de sistema de padroado.

Os embaraços entre o Estado e a religião tornaram-se mais visíveis quando, em 1864, o Papa Pio IX promulgou '**Bula Syllabus**', proibindo o clero e os católicos de participarem das associações maçônicas, e aos membros dessas associações de fazerem parte da Igreja Católica. O fato se torna interessante de ser destacado, posto que o Imperador, que era católico e maçom ao mesmo tempo, não acatou tal documento.

O outro fato semelhante ocorreu em 1872, quando o Bispo de Recife, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, baseado no documento citado, promoveu intensa campanha com os padres para que não permitissem a entrada de maçons nas igrejas. Isto mostra o vínculo da Igreja com o setor conservador monarquista que reagia aos maçons, visto que os mesmos tinham vínculos abertamente republicanos. No mesmo ano e pelas mesmas razões, o Bispo do Pará, D. Antônio Macedo Costa, também proibiu a participação de membros da maçonaria aos cultos religiosos católicos. Esses dois episódios tiveram grande repercussão nos meios políticos e na imprensa, porque cabia ao Imperador tomar as decisões de punir ou não os padres que desobedecessem aos Bispos, haja vista, como já afirmamos estar a igreja sob a jurisdição do Estado.

De certo haveremos de concordar com Emília Viotti, Quando ela diz que: "(...) o conflito entre o poder civil e o poder religioso contribuiria para aumentar o número para os que advogavam a necessidade de separação entre o Estado e a Igreja e assim, indiretamente favorecia o advento da República que tinha essa norma

(6)
como objetivo" . O desligamento da Igreja do Estado era necessário em razão da maior liberdade que os republicanos aspiravam, de acordo com as atitudes que desejassem tomar como, por exemplo, uma maior participação no comércio e no controle da vida pública. Essas questões envolvendo os Bispos são exemplares e serviram como forma do clero e dos católicos se aproximarem dos republicanos, em vista das atitudes arbitrárias e intervencionistas do Imperador.

A Ação dos Militares

Outro fator importante que causou grande impulso para alicerçar as bases da República foi o envolvimento dos setores militares nesse processo. Os militares, logo após o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, deram um grande impulso ao exército brasileiro rumo à formação de uma corporação militar propriamente dita.

Após os conflitos do Paraguai, os soldados passaram a pensar-se como detentores do "status" de "heróis nacionais", fato que aliais que continua a se evidenciam nos livros didáticos sobre a história do Brasil. De qualquer maneira esses soldados se sentiam valorizados, procurando opinar em assuntos econômicos, políticos e sociais reivindicando aumento de soldos, pensões e reformas da legislação do serviço militar.

Em 1883, os oficiais elaboraram projetos de lei visando alterar a legislação vigente, pretendendo maiores privilégios. Isso empolgaria a corporação. A imprensa debateu assunto desta natureza, contrastando com os interesses imperiais em manter politicamente o vínculo das forças à monarquia. O fato é que o governo imperial relegava o exército a segundo plano, determinando que ninguém de seu

(6) *ibid.*

meio podia fazer qualquer tipo de protesto contra os dirigentes da nação e a cada manifestação ocorrida havia punição aos manifestantes, o que acarretava insatisfação em grande parte do corpo militar. As palavras de Décio Saes explicam melhor estas atitudes:

(...) no início dos anos 80, a degradação do Exército Imperial era já um fato. Mas esse processo não atingira ainda seu ápice; o poder Imperial e os senhores escravistas vão finalmente completá-lo atribuindo aos militares a missão de perseguir os escravos fugitivos das propriedades senhoriais. As condições psico-sociais da revolta militar estão doravante estabelecidas; a degradação das funções militares foi vivida pelos oficiais médios e superiores como a degradação da própria nação. Sua educação militar e sua formação positivista fizeram o resto; o ataque do Estado Imperial assumiu a forma de um "putsch" militar cujo alvo não era apenas a restituição da dignidade ao Exército e à nação mas, também a instauração do poder "laico" e "esclarecido". Os diversos episódios da questão militar de que fala a historiografia tradicional

brasileira exprimem, pois, a degradação progressivamente imposta pelo Estado Imperial às Forças Armadas após o momento da consolidação e da afirmação continental. (...) portanto, o grupo militar foi o principal responsável pela derubada do Estado Imperial e pela constituição de um Estado Republicano; a ditadura militar que se instalou em seguida foi uma consequência (7).

A abordagem feita por Décio Saes demonstra claramente a insatisfação do Exército com relação as punições sofridas. O Estado Imperial atribuía a esses militares tarefas que causavam ônus aos senhores de escravos como, por exemplo, a recapitulação de escravos evadidos da lavoura, ofício de antigos capitães-do-mato. Tarefa indigna portanto, para aqueles que se pensavam como uma nova elite, honrada pelas jornadas de afirmação nacional na guerra do Paraguai.

Cabia também aos oficiais de maior patente reclamar o mérito do aperfeiçoamento das práticas militares de acordo com sua formação positivista onde as funções sociais são distintas conforme as profissões. Aos militares, segundo a doutrina positivista, estavam reservadas tarefas técnico-científicas e de defesa do Estado Nacional Brasileiro, não havendo, portanto, aos mesmos, afinidades com trabalhos que não envolvessem a atividade intelectual, via de regra relacionadas com a ordem escravocrata.

(7) SAES, Décio. A Classe Média e Sistema Político no Brasil. T. A. Queiroz. 1985. p. 10.

Para reforçar de maneira mais veemente suas insatisfações, os militares pediram a Rui Barbosa que redigisse um Protesto violento contra as arbitrariedades do Governo que foi intitulado " Manifesto ao Parlamento e a Nação ", surtindo um efeito imediato, deliberando a anistia aos militares de altas patentes que foram punidos com a exoneração de seus cargos *.

A partir desse momento a questão militar ganhou tonalidades políticas o que era interessante aos republicanos em razão deles confiarem em uma solução militar para a derrubada da Monarquia. Deste modo, os republicanos ganhavam mais adesões às suas causas.

Um dos principais destaques dentro do Exército e que deu um grande impulso às idéias republicanas foi o Tenente-Coronel Benjamin Constant. Este militar defendia o fim da escravidão e da Monarquia, substituída por uma forma de Governo ditatorial republicana com um sistema presidencialista.

Outra adesão importante recebida de bom grado pelo Partido Republicano foi a de Rui Barbosa, autor de frases como: " com o Imperador se possível, e sem o Imperador, se necessário " (8).

O início de um III Reinado não era bem visto pelos militares, nem por setores da população urbana, que viam na Princesa Isabel, herdeira do trono, uma extensão das políticas monárquicas

(*) como por exemplo: o Tenente-Coronel Sena Madureira, o Coronel Augusto da Cunha Matos e até o Marechal-de-Campo Deodoro da Fonseca, por terem se manifestado contra as atitudes do Imperador através da imprensa por que fora proibido pelo Ministro da Guerra com aviso de 1859, com o seguinte teor: " Torna-se digno da mais severa censura, independente das penas da lei, todo o militar que recorrer à imprensa para provocar conflito e derrespeito aos seus superiores ". Casalecchi, José Enio. A proclamação da República. São Paulo. Brasiliense. 1982. p. 72.

(8) SECRETARIA De Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Panfleto Comemorativo do 15 de novembro: Proclamação da República, Ordem, Progresso, Liberdade, Independência. s. d.

estabelecidas por D. Pedro II. Os militares, imbuídos de um ideal comum, acreditavam que a "salvação da pátria" estava nas mãos do Exército brasileiro. As proximidades de 15 de novembro 1889, o ideal republicano estava em vias de se consolidar. A resolução "salvacionista dos militares" foi comunicada a Deodoro em sua casa, na manhã de 10 de novembro, pelo próprio Benjamin Constant, tendo sido previsto o golpe para o dia 20 desse mês. A adesão final ocorria com os alunos da Escola Superior de Guerra, que comprometeram-se a acompanhar Benjamin Constant na transformação da nova forma de governo.

No dia 14, a Imprensa do Rio divulga a falsa notícia da prisão de Benjamin Constant. Este fato antecipou a Proclamação da República, com Deodoro sendo encaminhado pelos alunos da Escola Superior de Guerra ao Campo de Santana, para que desse início ao movimento. Logo tomaram o quartel general do Rio de Janeiro e o Ministério da Guerra, depõem o chefe de Gabinete Visconde de Ouro Preto, assim como o Ministro da Justiça, Cândido de Oliveira.

No Brasil inteiro, sem resistências prolongadas, as províncias aderiram ao governo republicano que se instaurou sob a chefia de Deodoro da Fonseca.

No Pará, a República também seria um movimento encabeçado por elementos usados de formação militar, como por exemplo Lauro Sodré, que teve expressiva participação na montagem do Clube Republicano, célula inicial do Partido Republicano Paraense, como veremos mais detalhadamente no item 5, deste capítulo.

Para justificar as ações dos partidários da causa republicana tornava-se necessário reorganizar a estrutura político-administrativo do país. No dia 22 de junho de 1890, Deodoro, como chefe do Governo Provisório, convoca eleições para a Assembléia Constituinte.

Com a Proclamação da República, o Estado antes Unitário, é fragmentado em unidades autônomas reunidas em uma Federação. Cada Província do Antigo Império passou a constituir um Estado, com o Governo da União encarregado de tratar de problemas gerais. A administração pública ficou estruturada em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O sistema de Governo Presidencialista com o presidente sendo o chefe do poder executivo. As implicações dessa nova estruturação político-administrativa do país serão melhor esclarecidas no item a seguir.

1.3 - REDEFINIÇÃO DA ORDEM POLÍTICA : A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA

O movimento republicano e a própria Proclamação da República correspondiam à hegemonia política e econômica de duas forças sociais diferentes: militares do Exército e fazendeiros do café. Esses dois setores da sociedade se fizeram representar movidos por diferentes necessidades de atualização das relações sociais de produção.

A Guerra do Paraguai incutiu nos militares ideais corporativos e ideológicos para se oporem à Monarquia. Aos poucos afirmaram o direito de expressar-se abertamente e de organização política. Influenciados pelo positivismo europeu, aqui reinterpretado, defendiam a implantação de um regime modernizador, onde a organização militar fosse reconhecida.

Os fazendeiros paulistas moviam-se por razões estritamente de caráter econômico, visando favorecimentos no comércio extra-nacional, como afirma Bóris Fausto :

(...) A República sob a forma federativa, significava o fim da centralização Imperial, autonomia dos Estados e a possibilidade de se impor ao país um sistema que favorecesse um núcleo agrário-exportador em expansão .

Apesar da forte influência militar no processo republicano, as Forças Armadas careciam de uma base social mais sólida, enquanto que a

(9) FAUSTO, Bóris. Pequeno Ensaio de História da República (1889 - 1945). São Paulo. Cadernos Cebrap no. 10. 1973 p. 2.

econômica fortalecida pela alta produção proporcionada pela lavoura cafeeira, que perdurou do início da República até os anos de 1894, quando o processo já estava consolidado.

A Constituição de 1891 promoveu uma reorganização político-administrativa no país mas na verdade representou a preponderância econômica dos grandes Estados sulistas sobre os demais. A forma federativa — uma forma constitucional de tentar igualar as desigualdades econômicas dos grupos sociais — deu-lhes ampla autonomia como a possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir forças militares próprias e justiças estaduais.

Ao poder central, localizado no Rio de Janeiro, a capital do país ficou assegurado pela Constituição ^{*} a distribuição das rendas a nível nacional. A principal fonte desses recursos geridos pela União seriam os impostos sobre as importações. Aos Estados ficou a competência para decretar impostos sobre as exportações, bens imóveis, transmissão de propriedades, indústrias e profissões.

A formação da câmara dos deputados se deu de maneira proporcional ao coeficiente de habitantes dos Estados, o que garantia a supremacia de São Paulo e Rio de Janeiro nas decisões de caráter nacional. Nesses dois Estados também se concentravam a maior parte das atividades econômicas que propiciou a formação do país de uma

* A Constituição confirmou medida do Governo provisório, que transformou as Províncias em Estados, e previu, em seu artigo 30 a transferência da Capital Federal para o planalto central. A sede do Governo republicano, no entanto, permaneceu localizada no Rio de Janeiro, só mudando quando da construção de Brasília, em 1960.

estrutura regional de classes⁽¹⁰⁾.

A burguesia cafeicultora, mostrou uma larga capacidade de articulação e coerção, forjando as instituições estatais em moldes que lhes fossem interessantes, transformando a Constituição em um instrumento de privilégios particulares. Cabia à classe agro-exportadora aplicar normas econômicas que adequassem as instituições políticas ao modelo agro-exportador.

Assim, a Constituição de 1891, invocava o estado democrático, absorvendo os princípios do Liberalismo praticados na Europa. Cabia a esses promover a inclusão dos demais no processo político, pressionando os fundamentos da estrutura de poder necessários à manutenção do sistema produtivo monocultor e latifundiário, como afirma Campello de Souza:

A proclamação republicana pode ser vista como uma fórmula de sobrevivência utilizada pela sociedade agrária; cabendo-lhe o monopólio do uso do poder em nome da nação⁽¹¹⁾.

Cabe a essas classes sociais agro-exportadoras conduzir as ações da sociedade civil a partir dos princípios emanados pelo conjunto de leis estabelecidas pela Constituição de 1891. A esfera do poder continuou localizado numa cúpula dirigente que tentava agora

(10) *ibid.* p. 5. Este autor denomina estruturas regional de classes, a formação de uma elite econômica localizada nesses dois Estados, praticando as mesmas atividades agro-exportadoras, utilizando, a mão-de-obra assalariada.

(11) CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. in: Brasil em Perspectiva. (org. de Carlos G. Mota). São Paulo. Difusão européia do livro. 1971. p. 169.

transferir o foco da organização social baseada na autonomia dos Estados. Afora os princípios de autonomia estadual não havia nenhuma idéia nova ou aspiração relativas à ordem administrativa, capazes de caracterizar litígios ideológicos às lutas partidárias que se iniciavam nesses Estados.⁽¹²⁾ Isto se faz perceber na organização econômica da região Amazônica, que não se modificou de forma direta através da participação de novos grupos hegemônicos da política que não os anteriores, após o advento da república. Houve apenas a criação de uma nova política de fiscalização fazendária, característica da autonomia dos Estados em relação ao Governo Federal.

(12) *ibid.*

1.4 - A REPÚBLICA NO PARA

CONJUNTURA SOCIO-ECONÔMICA

Só na segunda metade do século XIX a Amazônia Brasileira adquiriu a feição de um sistema econômico unitário, dotado de articulações internas reais e interligadas a um ponto central (Belém), a despeito de persistirem a nível dos núcleos produtores entre si, o fato do isolamento.

O período compreendido entre 1840 e 1910 como afirma Roberto Santos em sua História Econômica da Amazônia, foi marcado pelo expansionismo extrativista e comercial (13)

Em 1853, ocorre a implantação da navegação a vapor no rio Amazonas. Este fato ocorre em decorrência da intensificação progressiva da procura mundial da borracha produzida na região. Essa procura reforçou os efeitos dessa mudança tecnológica, dinamizando o potencial de exportação do sistema *

O ritmo dessa atividade, escassez populacional e a imensidão da selva rapidamente se converteram em motivo de atração de mão-de-obra. Nesse mesmo período, o nordeste brasileiro sofria uma fase de intensa seca que culminou no ano de 1887, com milhares de pessoas se deslocando para a região. Essa imigração nordestina respondeu parcialmente às necessidades de mão-de-obra para o emprego nos seringais.

(13) SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800 - 1920). São Paulo. T. A. Queiroz. 1980.

* A invenção da roda pneumática para automóveis na Europa resultou em demanda ainda maior para esse produto, ativando até quase a exasperação a economia extrativa, que passou a operar de modo intenso nas áreas de produção, com o abandono quase que total de outros setores como, por exemplo, a agricultura de subsistência.

Enquanto a ocupação física do território se expandia, a função polarizadora de Belém (girando em torno da atividade extrativista e comercial), em seu papel de entreposto, ganhava em profundidade e excelência, servindo o sistema de aviação como mecanismo de articulação e coordenação da economia regional, concomitantemente atuando como instrumento de captação e concentração geradora de renda na capital, aspirando boa parte da riqueza oriunda do meio rural.

No conjunto da região amazônica, a renda interna per capita, "entre 1850 e 1900, subiu a taxa média anual de 2,8%, passando de 83 para 332 dólares do poder aquisitivo atual [1920]" ⁽¹⁴⁾, e há indícios de que o Pará foi o maior beneficiário desse crescimento entre as unidades da área. A cidade de Belém cresceu e se transformou. Uma elite culta e refinada surgiu, importando padrões europeus e comodidades urbanas modernas como telégrafos, telefones, bondes, luzes elétricas, teatros e músicas eruditas, contrastando o velho cenário de lutas cabanas que promoveram um grande decréscimo populacional para a região, na metade do século.

Essa gama de fatos conjunturais e estruturais que, repercutindo sobre a sociedade da época, permitiu-lhe sua configuração local. Não podemos negligenciar os momentos de euforia que embalaram a economia regional nessa época; na verdade esses são os elementos caracterizadores da base do sistema. Tratava-se de uma economia de limitada duração comercial, pois o extrativismo, de baixa produtividade, seria incapaz de garantir a continuidade do processo de crescimento das demandas em correlação com as forças produtivas, mais em consonância com as áreas produtivas do Ceilão e da Malásia,

(14) CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará, Seu Comércio e Indústria 1719 - 1920. Belém. Tavares Cardoso e Companhia. 1920. p. 123.

geradores da produção gomífera planificada.

A economia industrial e comercial do Pará assentava-se em três produtos que impeliram seu desenvolvimento: a seringa, o cacau e a castanha do Pará. "Não foi o advento da república que provocou o crescimento da economia extrativa. Se a república contribuiu de alguma maneira para o crescimento da economia local foi somente no aspecto do aperfeiçoamento da máquina administrativa estatal, que regulamentou a cobrança dos impostos e deles fez uso para prestação de serviços públicos". O que aconteceu na fase de 1880 a 1890 portanto, não foi uma industrialização de cunho específico e sim um surto industrial proveniente da procura de trabalho, promovida pela mão-de-obra externa e para atender as necessidades de mercado. Também neste caso, não foi o processo republicano que canalizou essa população migrante para a região. Ela para cá se deslocou fugindo da seca e em busca de trabalhos avulsos, moldando-se as realidades da economia regional, fixando-se na mesma apesar do desinteresse relativo dos capitalistas estrangeiros pela produção de borracha da Amazônia, já na segunda década desse século.

No item seguinte mostraremos as influências da formação do Clube Republicano Paraense e suas ações materiais, enfocando personagens e eventos importantes no processo republicano paraense.

1.5 - A GÊNESE DO CLUBE REPUBLICANO NO PARÁ

AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer os princípios federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e imposta pela imensa superfície do nosso território.

(Manifesto do Partido Republicano - 1870)

Assim como o epicentro mundial das idéias liberais-republicanas foi a França de 1789, como afirmamos no item 1 do I capítulo, podemos dizer que o Rio de Janeiro foi o centro difusor inicial das idéias republicanas no Brasil.

No Pará, quatorze anos após os conflitos da questão religiosa que envolveu o Bispo D. Macedo Costa, levando-o à prisão, Lauro Sodré, uma das mais entusiasmadas figuras republicanas paraenses, discursava contra a escravidão achando que tanto uma quanto outra (escravidão e república), eram incompatíveis entre si (15).

Os primeiros lampejos republicanos no Pará ocorreram a 10 de abril de 1886. A essa data aparece estampada no jornal "Diário de Notícias", de propriedade de João Campbell, uma nota com o seguinte teor :

Alguns cavalheiros de nossa sociedade,
pretendendo fundar um Clube Republicano

(15) CRUZ, Ernesto. História do Pará. 2o vol. Belém. Governo do Estado do Pará. s.d. p. 733.

nesta capital, reunir-se-ão no próximo domingo, à uma hora da tarde na casa No.16 sita no Arraial de Nazaré, e convidam a todas as pessoas que comunguem do mesmos princípios republicanos a comparecerem a essa
(16)
primeira reunião .

Esta convocação partiu do doutor Justo Leite Chermont, advogado que ensaiava os primeiros passos à formação de um clube republicano.

No domingo, dia 11 de abril desse mesmo ano, realizou-se a primeira reunião do Clube Republicano, presidida pelo também advogado doutor Benvindo Gurgel do Amaral, e secretariado por Hidelbrando Barjona de Miranda, professor do Liceu Paraense, e Lauro Nina Sodré e Silva, engenheiro.

Nessa reunião Justo Chermont deixa claro o objetivo do clube, que era organizar as idéias daqueles que desejavam a mudança da forma de governo. Também estavam presente na reunião pessoas pertencentes ao Partido Liberal e outras do Partido Conservador que se diziam estar comungando do ideal republicano, o que criou uma contradição pela dualidade de ideais. Essa dicotomia é rebatida da seguinte maneira, por Lauro Sodré:

(...) é por isso que o Partido Republicano condena toda e qualquer idéia de dependência para com os

(16) Op. Cit. p. 733. Na página 150, este autor faz referência ao número de pessoas que atenderam o chamado: 150 pessoas.

partidos monárquicos em face dos quais
devemos surgir como francos e leais
(17)
adversários .

Assim falando, além de tirar as dúvidas sobre possibilidades de futuras coligações dos partidos monarquistas, com o que estava sendo fundado, foi ovacionado pelos presentes, deixando claro os ideais políticos e as oposições partidárias futuras.

Deste dia em diante, inicia-se a trajetória política do Partido Republicano no Pará. Dos presentes à reunião, assinaram um termo de adesão, 128. Uma comissão foi encarregada de elaborar os estatutos do partido, e era composta por futuros medalhões da política regional: Magno de Araújo, Justo Chermont, Manuel Barata, Barjona de Miranda e Lauro Sodré.

Depois de várias reuniões e após 16 anos do lançamento do Manifesto do Clube Republicano do Rio de Janeiro, o Clube Republicano do Pará decide também se manifestar publicamente. A redação do texto foi de autoria de Lauro Sodré. Esse Manifesto considerava a Monarquia uma forma de governo defasada, que apregoava uma falsa liberdade aos cidadãos brasileiros. A Monarquia era considerada como despótica, autoritária e escravocrata, não servindo aos interesses da nação e sim aos interesses da classe dirigente. Esse texto, segundo George Boehrer, é a "primeira manifestação partidária paraense influenciada pelo positivismo" (18). Tal fato se deve a Lauro Sodré ter sido aluno de Benjamin Constant na Escola Superior de Guerra onde

(17) Op. Cit. p. 492.

(18) Apud. Reinaldo Carneiro Pessoa. A Idéia Republicana no Brasil Através de Documentos. São Paulo. Alfa Omega. 1929. p. 6.

sofreu grande influência das idéias comteanas.

A formação do Clube Republicano no Pará consagrou a idéia de que a república não foi um movimento restrito somente aos grandes centros urbanos localizados no sul do país. O Manifesto emanado pelo Clube Republicano a partir da reunião no dia 31 de maio de 1886, retrata a insatisfação do povo paraense com relação à Monarquia como instrumento ideológico, mostrando-a falida e substituível por uma outra forma de governo que, sobretudo, prezasse a democracia e a liberdade dos indivíduos. Deve ficar claro aqui que essa liberdade seguia moldes de um liberalismo de finalidades econômicas e não os moldes jacobinistas de liberdade humanitária. Logo esta liberdade visava interesses particulares e não aos do povo em geral.

Os republicanos decidiram em sua quinta reunião em 17 de junho que iriam se lançar às eleições para vereador da Província, indicando o nome de Gentil Bittencourt para o pleito do dia 1 de julho. Esta foi a primeira intervenção efetiva dos republicanos na política Paraense, só alcançando, no entanto, a vaga de suplente. Da mesma maneira os pleitos eleitorais disputados pelo partido de 1882 a 1889, não obtiveram os republicanos representação eleitoral suficiente para eleger nenhum candidato, tanto para vereador quanto para deputado.

As primeiras notícias sobre a Proclamação da República no Rio de Janeiro começam a chegar ao Pará somente no dia 16 de novembro, pela manhã. Justo Chermont e Paes de Carvalho se reúnem com os comandantes das Forças Armadas no 15o Batalhão de Infantaria, localizado no antigo Arraial de Nazaré (hoje, praça Justo Chermont) e o Capitão de Fragata, José Maria de Nascimento, para providenciarem a deposição ou renúncia do Presidente de Província, Silvino Albuquerque. Já haviam recebido do Rio de Janeiro telegrama de Quintino Bocaiuva,

informando do Movimento Republicano naquela Capital. Houve mobilização de tropas militares a favor dos republicanos, ocorrendo a renúncia de maneira pacífica. Estava consumada a adesão do Pará à Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, sob o regime Federativo.

A organização de uma junta administrativa provisória do Pará representou a dualidade existente no próprio movimento republicano a nível nacional. Essa Junta Provisória foi representada pelo Clube Republicano na figura de Justo Chermont e pelo 4o Batalhão de Artilharia do Exército, pelo Tenente-Coronel Bento Fernandes, e ainda pelo Capitão de Fragata José Maria de Nascimento, representando a Marinha.

Em dezembro desse ano o processo republicano continuava seu curso com a nomeação de Justo Chermont para governador do Estado, permanecendo até janeiro de 1890, quando é substituído pelo vice-governador Gentil Bittencourt.

A formação do Clube Republicano e, posteriormente, do Partido Republicano realizaram anseios da classe média e dos militares das Forças Armadas estabelecidas em Belém. O movimento se consolidou no Pará depois da repercussão da republicanização da capital do país. Logo em seguida haveria a convocação da Assembléia Constituinte para elaborar as determinações legais para funcionamento do Estado do Pará, é o que tratamos na continuação deste item logo abaixo.

A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA PARAENSE

A 24 de fevereiro de 1891 a Assembléia Constituinte passaria a

(19)
funcionar como ordinária . Nesse período os governadores estaduais eram nomeados pela União, ocorrendo a indicação para governar o Para durante o seu período de constitucionalização, o Capitão-Tenente da Armada, Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes, gaúcho de nascimento. O fato de ser estranho ao Para (mas ligado ao militarismo De cunho positivista), provoca " a exacerbação do nativismo e sua xenofobia, inerente às populações dos nossos Estados, contra a prepotência de alienígenas" (20)

Com a aprovação ou não de seu governo, Huet Bacelar convocou a Assembleia Constituinte que foi instalada a 11 de junho, reunindo o Congresso Legislativo para elaborar a Constituição do Estado a qual é promulgada no dia 23 de junho e, no dia seguinte, essa mesma Assembléia elegeu para governador do Estado, Lauro Sodré, e para vice, Gentil Bittencourt.

O governador Bacelar entregara à Constituinte estabelecida o Anteprojeto da Constituição que lhe fora transmitido pelo governo de Justo Chermont. Segundo Ricardo Borges, a intervenção pessoal deste na elaboração do documento é um traço marcante nesse processo, interessado que estava o mesmo em beneficiar conhecidos seus em cargos estratégicos como, por exemplo, seu chefe de polícia e também mentor intelectual, Manuel Januário Bezerra Montenegro (21). Para isto, Huet Bacelar utilizou de uma exposição de motivos ao anteprojeto originário do governo de Justo Chermont:

(19) BORGES. Ricardo. Vultos Notáveis do Pará. Belém. Conselho Estadual de Cultura. 1970. p. 264.

(20) ----- . O Pará Republicano. Belém. Conselho Estadual de Cultura. s.d.

(21) ibid. p. 58, seguindo.

Sem dúvida alguma, apesar de lançado o Projeto da Constituição em modelos minimamente liberais, carece ser modificado em alguns pontos, não só para estar de acordo com a Constituição Federal como para mais acentuadamente satisfazer às justas aspirações do povo. É por isso que chamo a vossa atenção para a organização do poder Judiciário, garantia suprema de todos os direitos. Uma magistratura independente, desligada completamente dos elos partidários mas, ao mesmo tempo, responsável pelos abusos ou desvios que possa cometer é, sem dúvida, a segurança da ordem e, por consequência, dos direitos públicos (22) individuais .

(os grifos são nossos)

O anteprojeto entregue por Huet Bacelar baseava-se nos moldes da economia Liberal; deveria, segundo palavras dele próprio, ser adequada à Constituição Federal e às novas necessidades jurídico-administrativas locais, como a criação de cargos de desembargadores, delegados para o fisco, juizes, etc; mas, na verdade, este fato serviu para que pudesse manipular as leis aos seus interesses,

(22) ibid.

objetivo, aliás, que foi consolidado pelo descuido do próprio governo
*
de Lauro Sodré .

A Constituição Paraense elaborada após a consolidação da república que tem características atualizadora do Estado e sua relação com o poder federal. Os grupos envolvidos na sua elaboração determinam a criação de novos cargos, como vimos acima, mas a característica principal dessa carta foi a deliberação de novos poderes para o gestor estadual. Reforça-se a figura do governador, no caso um participante efetivo do próprio movimento republicano local.

O relacionamento entre os Estados também é destacado, seguindo os princípios de que cabe à fiscalização estadual o controle sobre os gêneros aqui produzidos, e não mais à intervenção do poder central. Esse documento permitirá ao governador eleito, uma efetiva aplicação de recursos oriundos de impostos cobrados sobre as exportações, na construção de obras e prestação de serviços públicos, como demonstraremos no II capítulo.



* Segundo Ricardo Borges foi decepcionante que Lauro Sodré ratificasse e legalisasse o "maligno decreto 359-A", de 19 de junho do Governo Bacelar, reformando os judiciário e preterindo seis desembargadores que deveriam ser nomeados através da Constituição Promulgada.

CAPITULO
II

1-O GOVERNO DE LAURO SODRÉ (1891 - 1897)

1.1-CARACTERÍSTICAS DO NOVO GOVERNO

"Sua Alteza, entre nós, paraenses, não tem um só amigo; o povo, se tivesse curiosidade de vê-lo, seria para fazer chegar-lhe dores e ódios, pelo descalabro das coisas públicas entregues a bandos de assalariados sem consciência, sem leis, e uma realzeza que tem sido a causa de todas as desgraças; um terceiro Reinado seria reduzir o país a um montão de ruínas e vasta necrópole, onde a figura sinistra do Império passaria sobre a pilha de cadáveres morais".

(Manifesto à visita do conde D'Eu a Belém, 27/6/1889)

Lauro Nina Sódre e Silva, nasceu em Belém em 1858, e estudou no Rio de Janeiro, onde, em 1883, obtém o diploma de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas.

Este período da vida de Lauro Sodré foi muito importante para suas convicções políticas, formadas pela convivência com seu professor da Escola Superior de Guerra, Benjamin Constant. Este mestre muito o influenciou em sua visão de mundo positivista, e divulgador dos ideais republicanos de oposição à monarquia brasileira constituída.

De formação militar através dos estudos, logo Lauro Sodré é promovido a Primeiro Tenente, já em 1884, retornando a Belém no ano seguinte, destacado para o 4o Batalhão de Artilharia, localizado no tradicional Largo do Quartel, na atual Cidade Velha.

Em Belém, Lauro Sodré destacaria-se como um discípulo aplicado à causa republicana. Logo passa a figurar nas páginas dos jornais **A Província do Pará** e nas do **República**, utilizando pseudônimos diferentes e evocativos de personagens importantes da Revolução Francesa. Para o primeiro jornal, identificava-se como **Danton** e, para o segundo, como **Diderot**.

Lauro Sodré foi participante ativo na propaganda republicana em Belém, participando efusivamente da criação do Clube Republicano, junto com Paes de Carvalho, Justo Chermont, Gentil Bittencourt e outros.

Há um evento muito representativo da participação de Lauro Sodré no movimento republicano paraense. "Conta" a historiografia oficial, bastante representada por Ricardo Borges em seu "Vultos Notáveis do Pará" que, quando da passagem do Conde D'Eu por Belém, em meados de junho de 1889, Lauro Sodré à noite, no Clube Republicano, "Discursa violento contra a Monarquia, nos mesmos termos crus do Manifesto de sua autoria", (23) e que fora lançado em nome do povo do Pará. Este fato, resultado de uma certa impetuosidade na afronta ao Príncipe Consorte, valeu-lhe a transferência do Pará para o Mato Grosso, acarretando-lhe um desligamento momentâneo com o movimento republicano Paraense.

A adesão do Pará à confederação dos Estados brasileiros ocorre sem sua presença, ou seja, sem a participação direta nos acontecimentos relacionados com o Movimento Republicano. Lauro Sodré seria ainda deputado pelo Pará na Constituinte Nacional de 1890. A divergência com o Conde D'Eu talvez tenha servido como propaganda pessoal de Lauro Sodré como republicano atuante e convicto. Estes fatos lhe valem a indicação do Partido Republicano como candidato a Governador do Estado. Sua eleição ocorre por unanimidade dos membros da Assembléia Legislativa.

(23) Op. Cit. p. 263.

* No governo provisório de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, então Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, nomeou Lauro Sodré como seu secretário.

O Governo de Lauro Sodré, iniciado aos 24 de junho de 1891, é caracterizado por uma série de investimentos públicos proporcionado pelo desenvolvimento da economia regional correspondente ao avanço da exportação da borracha extrativa. A esse desenvolvimento da economia regional houve um correspondente aperfeiçoamento da máquina estatal, no sentido de um maior recolhimento de imposto por causa da criação de legislações específicas como, por exemplo, impostos sobre a borracha, o cacau, a castanha e demais produtos que circulavam no comércio de exportação, como demonstraremos nas tabelas mais abaixo.

Segundo Roberto Santos, a comunidade econômica regional onde o Pará estava inserido era de renda muito baixa em meados do século passado. O incremento dessa economia iria ocorrer à medida em que investimentos de origem externa (como, por exemplo, da Inglaterra, dos E.U.A., da França ou de outras zonas do país) se consolidassem na região, sob a forma de empréstimos aos governos locais (24).

O comércio exportador da borracha nativa da Amazônia, com o passar dos tempos, a partir dessa época, iria promover significativos acréscimos nos valores arrecadados pelo fisco paraense, por causa da arrecadação dessas exportações agora serem feitas diretamente por órgãos locais, substituindo os da União conforme mostaremos na tabela abaixo:

(24) Op. Cit. p. 152 e 153

Valores Oficiais Arrecadados Pelo Fisco no Pará:

ANOS	VALOR EM R\$*	ACRESCIMO	
		ABS	%
1871	9.348.295	-	-
1881	15.701.072	6.352.777	67.9
1891	27.755.667	12.054.595	76.7

Fonte: SODRE, Lauro. Relatório de Governo.
Belém, Typografia Official de Belém. 1893.
(tabulação do autor).

* Foram desprezados os centavos.

Estes valores dizem respeito não só à borracha, mas a todos os gêneros aqui produzidos e exportados. Os percentuais de aumento demonstram uma tendência de crescimento progressivo e regular dessas exportações.

Essa tendência se confirmaria, criando uma expectativa muito grande nos comerciantes belenenses. A reação do governo também é positiva, interpretando o momento econômico como relativa possibilidade da arrecadação crescente, como mostra na tabela a seguir:

Valores Oficiais Arrecadados Pelo Fisco no Pará:

ANOS	VALOR EM R\$*	ACRESCIMO	
		ABS	%
1871	9.348.295	-	-
1891	27.755.667	18.407.372	96.9

Fonte: SODRE, Lauro. Relatório de Governo.
Belém, Typografia Official de Belém. 1893.
(tabulação do autor).

* Foram desprezados os centavos.

Esta tabela relaciona dois valores em intervalos de vinte anos, mostrando que no ano de 1891 foi arrecadado quase o dobro (96.9 %) do que foi arrecadado em 1871 através das exportações da Província. Isso não se deve ao fato da mudança na forma de governo e sim ao crescimento da demanda à indústria extrativa da borracha no mercado internacional. Vale ressaltar aqui que esse percentual não demonstra o índice acumulado em dez anos, correspondendo à diferença entre as exportações realizada nesses dois anos tomados como referência.

Verificamos o acréscimo das exportações nos três anos imediatamente posteriores à Proclamação da República.

Valores Oficiais Arrecadados Pelo Fisco no Pará:

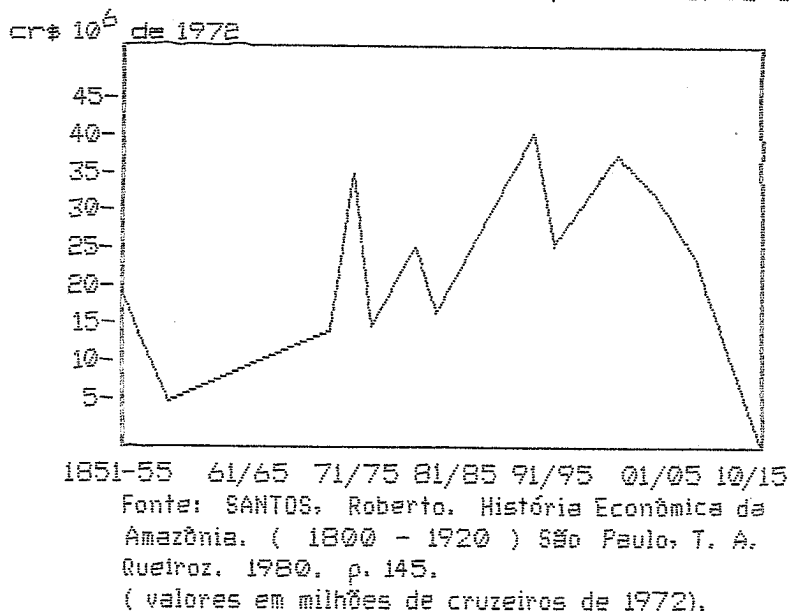
ANOS	VALOR EM R\$*	ACRESCIMO	
		ABS	%
1890	19.532.084	-	-
1891	27.755.667	8.223.583	42.1
1892	33.180.451	5.424.784	19.6

Fonte: SODRE, Lauro. Relatório de Governo. Belém, Typografia Official de Belém. 1893. (tabulação do autor).

* Foram desprezados os centavos.

O valor obtido pelo Estado através das exportações do ano de 1892, não se manteve no mesmo ritmo da do ano de 1891 em relação ao ano de 1890. Em 1891, as exportações tiveram um acréscimo da ordem de 42.1 % do valor do ano anterior, era de se esperar então um percentual de crescimento maior para o ano seguinte, quando houve modesto acréscimo de 19.6 % apenas. Esses valores representam apenas uma variação momentânea dos mercados de exportação, pois, se comparados os valores dos três anos, obteremos um acréscimo acumulado de 69.9 %, que é bastante representativo para o período.

O Governo de Lauro Sodré esteve, portanto, muito bem servido pela caixa obtida nesse período inicial. Dessa maneira os investimentos governamentais na área pública (inversões fixas) ocorrem de maneira crescente e proporcional ao desenvolvimento da indústria gomífera, atingindo esses investimentos o ponto máximo do período de 1890 e 1895, como mostra um gráfico elaborado por Roberto Santos:



Essas inversões de capital, promovidas pelo governo e apontadas por Roberto Santos, podem ser assim elencadas: promoção de colonização de terras no Estado; reorganização da força pública militar, da instrução pública, dos serviços sanitários, da Escola Normal, do Liceu Paraense; criação da Lei Orgânica dos Municípios; do Liceu Benjamin Constant, para o ensino de artes e ofícios para as classes populares; e do Orfelinato Paraense, destinados a órfãos desvalidos; encampação do Serviço de Águas; promoção da reforma do Teatro da Paz; fundação da Academia de Belas Artes, que subvencionava alunos pobres para estudar na Europa; estímulos a explorações científicas, confiadas a Henry Coudreau; criação do Museu Paraense (atual M. P. E. G.), coordenado por Emilio Goeldi; houve a criação

ainda da Fundação Carlos Gomes.

Aplicações no capital estabelecido na região formaram fortunas locais, dando ensejo à formação de capital de residentes na região. Novas habitações foram sendo construídas em Belém e Manaus, seguindo concepções estilísticas européias, principalmente a arquitetura francesa (a Art Nouveau). Houve a formação de estaleiros para a construção de pequenas embarcações e a formação de um incipiente parque industrial, com o lançamento de novas linhas de navegação fluvial.

Essa renda privada ou pública, era proveniente do setor primário onde destacava-se a participação da extração vegetal.

A demanda crescente de alimentos nessas cidades também expandia-se, mas a motivação principal para o comércio regional ainda era decorrente das atividades extrativas objetivando a comercialização no mercado exterior ou internacional, como mostra a tabela a seguir:

Valores Oficiais Arrecadados pelo Fisco no Pará:

ANOS	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE		VALOR Rs.*	
			BRUTO	%	ABS	%
1882	BORRACHA	Quilos	5.779.502	-	117.801.703	-
1892	"	"	8.061.873	39.5	128.604.290	60.7
1882	CACAU	"	5.890.727	-	3.315.780	-
1892	"	"	3.201.369	-45.6	3.061.456	-7.7
1882	CASTANHA	Hactalit.	51.370	-	323.255	-
1892	"	"	60.841	18,4	967.821	1146.1
1882	COUROS	Quilos	884.189	-	266.337	-
1892	"	"	812.575	-8.1	154.797	-41.9

Fonte: SODRE, Lauro. Relatório de Governo. Belém, Typografia Oficial de Belém. 1893. (tabulação do autor).

* Foram desprezados os centavos

A borracha continuava sendo o **staple**, ou seja, produto principal que fortalecia o comércio dos outros, sua exportação em quantidades brutas aumentaram em 39.5 % no curso dos dois anos verificados em forma intervalar. Tomando os valores referentes ao ano de 1882 e comparando os valores de 1892, obtemos um percentual de aumento à ordem de 60.7 %, o que mostra que o preço do produto subiu em uma proporção geométrica, confirmando a tendência de aumento dos preços do mercado internacional de consumo. Os demais produtos mantiveram-se com preços mais ou menos estáveis, com a castanha tendo um significativo aumento de sua produção bruta e um relativo aumento de preço. A produção de cacau e de couro tiveram um declínio nesse período, podendo mesmo indicar a tabela o início de um período de desaquecimento produtivo, com os produtos possivelmente tendo se deslocado para outras atividades. Arriscamos aqui afirmar a possibilidade desses produtores de cacau e de couro haverem migrado para a produção gomífera, mas essa é apenas uma hipótese que deve ser melhor verificada.

De qualquer maneira, não há dúvida de que no governo de Lauro Sodré houve uma intensa atividade de exportação e uma correspondente adequação de mão de obra emigrada para a região, as atividades extrativas:

Não admite dúvida o facto do crescimento de nossa população. Se a falta de um rescencamento regularmente feito não demonstra exactamente, podemos affirmar-o há vista d'essa constante imigração nacional, que nos vem dos

Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, principalmente no tempo da safra da borracha, e que se espalha por esse nosso interior á trabalhar na indústria extractiva, encontrando sempre campo aberto á suas explorações, emprego largamente compensadorá sua actividade, permittindo-lhe acumular esses pecúlios transportados annualmente em elevado valor para a terra natal, onde (25) vão augmentar a riqueza pública. (Pedro da Cunha, contador de Lauro Sodré. 1893).

Essa actividade migratória, aliada ao crescimento do preço da borracha no mercado Internacional consolidaram, se bem que de forma temporária, uma economia que proporcionou a estabilidade do governo de Lauro Sodré, e estabeleceram uma das rendas percapitá mais elevadas do mundo, na época.

O montante principal dessa renda percapitá permitiu aos grupos dominantes da sociedade local usufruir de um bem estar europizado, provocando uma ânsia de compra nunca vista antes. Com isto, Belém não só insere-se no contexto de uma grande metrópole de produção, como também de consumo. A alta classe de famílias oligarcas estabelece um poder de aquisição de bens os mais diversos, dinamizando a circulação comercial localizada no capital.

(25) SODRÉ, Lauro. Relatório de Governo. Belém. Typografia Official de Belém 1893.

Assim, a infra-estrutura de funcionamento dos serviços de fornecimento de gêneros e o abastecimento de águas aos consumidores mostram-se com crônicos problemas e deficientes. É o que veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO

III

1 - ABASTECIMENTO DE GÊNEROS NO GOVERNO DE LAURO SODRÉ

1.1 - AÇÕES DO GOVERNO E O CONTROLE FISCAL

As exportações de gêneros extrativos no governo de Lauro Sodré foram em proporções maiores que nos anos anteriores, como vimos nas tabelas de dados estatísticos apresentadas no capítulo anterior. Esses resultados positivos na balança comercial do Estado provocou uma euforia nesse governante. Em 7 de abril de 1894, Lauro Sodré enviava mensagem de seu governo ao congresso do Estado do Pará, apresentando a produção do Estado referente ao ano de 1893. Afirma ele que essa produção apresenta um " feliz resultado, apesar de haverem sido bem diminutas as colheitas da castanha, cacau e óleo de copahyba"⁽²⁶⁾. Afirma ainda, nessa mesma mensagem, o desaparecimento completo da salsa e do urucu no mercado interno.

A indústria extrativa, como bem já afirmamos nos capítulos anteriores, era a principal fonte de riqueza para a economia do Estado e Lauro Sodré afirmava que a importância desses produtos não estava na quantidade e sim em seus valores de negociação comercial, conforme podemos perceber nesse trecho de uma Mensagem de Governo:

Si quizermos avaliar a extensão do consumo dos nossos productos como deve sel-o, isto é, não pelo seu peso ou medida, mas pelo seu valor, é inegável que elle cresceo ainda este anno, mantendo-se os mossos productos, quer

(26) SODRÉ, Lauro. Mensagem de Governo ao Congresso do Pará. Abril de 1894. Belém. Typografia do Diário Official.

n'este mercado os que aqui mesmo são consumidos, quer nos mercados estrangeiros os destinados a exportação, em uma posição animadora sem embargo do acréscimo de (27) produção .

Segundo essa mesma fonte esse valor oficial referente aos produtos exportados alcançou a soma de 39.370.274, ou 6.209.822 rês (desprezados os centavos, a mais que em 1892. Houve um acréscimo de 20 % em relação a este ano. Como nos outros anos, a borracha continuou sendo o produto de maior destaque com o total de 8.374.243 quilos, o que arrecadou 33.985.175 rês para os cofres públicos. Houve o acréscimo de 312.370 quilos sobre o ano de 1892, apenas 3.9 % a mais. Isto demonstra que a tendência de crescimento do preço do produto havia se consolidado, correspondendo à proporção das demandas.

Lauro Sodré mostrava, através de uma Mensagem de Governo ao Congresso, a necessidade de reformar a filosofia da organização administrativa da recebedoria estadual, e a força que lhe é necessária para manter a disciplina e os respeitos precisos em uma repartição fiscal de primeira ordem:

(...) cumpro subordinar a idéia theórica as indicações práticas, para que se não perturbem o andamento regular dos negócios públicos, nem se offendão, os direitos dos que tem a tratar na repartição. (28)

(27) Op. Cit. p. 96

(28) Op. Cit. p. 98

Nota-se aí a objetivação de seu pensamento solidamente positivista, que se aprimorava à medida que o mesmo tomava atitudes na área pública. O aperfeiçoamento do recolhimento de tributos públicos passa a ser super valorizado à medida em que isso reforçaria a consolidação dos ideários republicanos:

É nos fenómenos sociais, tão exacta como no mundo cósmico, a lei de persistência dos movimentos. Longe estão de significar que foi a república obra prematura de espíritos irriquietsos, grande é certo que ella fez-se por uma revolução que traduzio-se em factos depois de amadurecida na consciência nacional (...).

O que nos temos como certo é que, por forças das leis naturaes que regem o mundo moral, muito teremos que lutar para ver consolidado o novo regimen, antes que funcionem livres e desembaraçados das engrenagens do actual systema, antes que, vencendo as resistências do meio bio-social, vejamos corrigidos os velhos hábitos, esquecidas as práticas deletérias do antigo regimen, sob cuja acção maléfica queriam alguns que nos apparelhassemos para a vida republicana

como si antes de respirar ares puros e oxigenados fosse de regra viver a gente no meio de atmospheria saturada de gases mephíticos.

A estabilidade do actual regimen depende do equilibrio da força centrípeta, representada pelos poderes da União e a força centrífuga, dos poderes dos Estados.

A observação dos phenômenos sociais feita através da história, vale para os povos como lição e
(29)
ensinamento .

Os Estados eram os braços da União, na visão de Lauro Sodré. Cabia aos mesmo, por conseguinte, contribuir no desenvolvimento da política e da economia republicana de governo, assemelhava-se a um sistema, funcionando como se fosse um organismo ao mesmo tempo físico e social, logo, não é de se espantar o privilégio dado por Lauro Sodré ao aperfeiçoamento das arrecadações de impostos estaduais. Assim, Lauro Sodré estabelece acordos com a Recebedoria do Estado do Amazonas visando providências fiscais entre as duas recebedorias.

Fica claro aqui que, para Lauro Sodré, a República só estaria consolidada quando estivesse aperfeiçoado o processo de estadualização da economia paraense. A República criou funções económicas e fiscais específicas para o Estado e para a União; cabia,

(29) SODRÉ, Lauro. Mensagem de Governo. Belém. Typografia Official de Belém. 1892. p. 8 seguintes.

portanto, atingir o máximo de eficiência desse sistema de divisão de poderes, onde o Estado pode ser visto como periferia e a União, como centro.

Estes fatores ficarão mais evidentes quando tratarmos do Abatecimento de Gêneros, onde iremos demonstrar que o governo estadual aos poucos operacionaliza uma maior eficiência na prestação de serviços públicos e que os mesmos só ocorrem devido a uma efetiva arrecadação de impostos cobrados sobre as exportações.

1.2 - OS GÊNEROS

Este trabalho teve como objetivo verificar se houve melhorias no abastecimento de gêneros diversos à população de Belém no contexto da republicanização. No decorrer dos capítulos anteriores trabalhamos com a hipótese de que não foi o advento da República em si que provocou um significativo aumento de comercialização de gêneros extrativos no mercado externo. O processo republicano apenas contribuiu para que fossem estruturados novos mecanismos de controle fiscal sobre a exportação desses gêneros.

O mercado consumidor internacional de borracha expandia-se num ritmo crescente nesse período, permitindo a essa máquina estatal, através dos impostos recolhidos, proporcionar um maior bem estar aos consumidores do mercado interno. Novas leis são criadas a partir da Constituição Estadual, prevendo a ação direta do Estado e não mais da União na economia paraense.

Uma dessas leis é a de No. 127, de 19 de abril 1893, em que a Assembléia Legislativa do Pará considerou a escassez de água que atingia a cidade com o problema de utilidade pública, autorizando o Governo a encampar Companhia de Água do Grão-Pará, que funcionava desde setembro de 1871, com patrimônio privado. Anteriormente a água era distribuída por **aguadeiros** que a vendiam em latas e barris por toda a cidade.

O Decreto de 11 de maio 1895 ordenou que o patrimônio da antiga Companhia de Água Grão-Pará fossem efetivamente vinculado ao Estado, passando para o domínio e posse do Governo representado pela Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização. Posteriormente

seria instituída a Inspetoria das Águas de Belém para administrar esse patrimônio.

A ação da Companhia das Águas do Grão-Pará foi apenas incipiente e, nos anos que funcionou, no início do Governo de Lauro Sodré, não tornou eficiente o sistema de distribuição de água encanada à população:

Percentual de decréscimo anual
das derivações efetivadas pela
Companhia das Águas do Grão-Pará

ANOS	No. DE DERIVAÇÕES NOVAS	DECRESCIMO ANUAL	
		ABS	%
1891	395	-	-
1892	354	41	10.38
1893	305	49	13.84
1894	278	27	8.85

Fonte: Relatório da Inspetoria das Águas de Belém, Typografia do Diário Oficial, 1895. (tabulação do autor).

A tabela mostra o decréscimo anual que vinha ocorrendo nas derivações efetuadas pela companhia. Era de se esperar que o efeito fosse inverso, uma vez que a população de Belém dispunha de capitais suficientes para obter esse serviço. Essas derivações realizadas na área central da cidade não correspondiam às expectativas da urbanização desejadas pela elite endinheirada desses bairros centrais:

Percentual de decréscimo quadrienal
das derivações efetivadas pela
Companhia das Águas do Gram-Pará

ANOS	No. DE DERIVAÇÕES NOVAS	DECRÉSCIMO ANUAL	
		ABS	%
1891	395	-	-
1894	278	-117	29.62

Fonte: Relatório da Inspectoria das Águas de Belém, Typografia do Diário Oficial. 1895. (tabulação do autor).

Esta tabela mostra que houve um decréscimo de 29.62 % (-117) em relação ao primeiro ano de funcionamento da companhia. O início do funcionamento da Inspectoria mostra certa agilização no número de derivações feitas no quadrimestre setembro/dezembro, quando 83 novas derivações foram efetuadas. Nesse mesmo quadrimestre do ano seguinte, 1895, 275 novas derivações foram efetuadas, com o acréscimo de 331.3 %. Assim se a lei de 1893, autorizando o Governo a encampar a Companhia das Águas do Gram-Pará, não foi suficiente para proporcionar a efetiva melhoria do abastecimento de água, a instituição da Inspectoria das Águas de Belém, modernizaria esse serviço. Já no ano seguinte, a rede de abastecimento de água seria estendida até o bairro de São Braz, em seguida até o Guamã pela atual rua Castelo Branco.

Estes dados mostram a efetiva modernização implementada pela inspetoria introduzida pelo Governo Lauro Sodré no serviço de abastecimento de água da capital. Isso só foi possível quando o Estado já possuía leis fixas e que pudessem determinar os encargos

inerentes à já constituída prefeitura do município de Belém. Ao município coube o controle sobre a prestação desse serviço, embora a manutenção da Inspetoria das Águas de Belém ficassem sob a dependência do Governo estadual, desde quando foi encampada a Companhia das Águas do Grão-Pará.

Em 1893 era grande o clamor popular provocado pelo crônico e irregular abastecimento de carne verde ao mercado de Belém. O consumo diário da população era suprido; a solução encontrada pelo governador, intermediado pelo intendente municipal de Belém Barão do Marajó, foi firmar um contrato com a Companhia Frigorífica Pastoril Brasileira, a 9 de julho desse ano. Através desse contrato, obrigava-se a companhia a regularizar esse abastecimento com o abate mínimo diário de 50 reses, venda de carne a 700 réis o quilo e estocagem mensal de 1600 reses. Devia também oferecer ao consumo popular, carne de porco, carneiro e aves, ao preço de 100 réis o quilo esse contrato de venda de carne congelada resultou na inadimplência da companhia, incapaz de fornecer o exigido pelo contrato resultando nos dois anos seguintes numa violenta eclusão de um déficit no abastecimento, com furiosa reação popular que durou meses, abalando o Governo de Lauro Sodré. A solução encontrada foi a importação do produto nos mercados do sul e do exterior. O motivo apontado por Ricardo Borges, para essa intermitente crise, foi a (30) "acentuada indústria de furto de gado do arquipélago do Marajó".

O desembarque de gêneros em Belém era feito em varios pontos do porto do sal e no ver-o-peso e reduto; porém, o Governo de Lauro Sodré obrigou que todo o produto vindo do interior para o consumo na

(30) Op. Cit. p. 77 e seguintes.

capital devia ser desembarcado nos trapiches particulares ou no da recebedoria, para que a fiscalização. Porém, numa capital com as características de Belém onde o curso fluvial se lança por toda a orla, essa tarefa parecia impossível, e só foi sanado o problema quando a recebedoria pode comprar lanchas a vapor para uma fiscalização eficiente. Isso ocorreria no final de seu governo, em decorrência principalmente do fato da valorização dada por Lauro Sodré aos ditames da Constituição Federal transferindo aos Estados a tarefa de fiscalização de impostos exportados pelos mesmos. A Constituição paraense, como já afirmamos no capítulo I (item 1.5), se redefiniu funções fiscais, taxando tanto gêneros a exportação quanto exercendo maior controle alfandegário sobre os que entravam nos mercados de Belém.

Nesse período, já havia uma regularidade na cobrança dos impostos municipais, com uma equilibrada distribuição de fontes fiscais faltando uma melhor organização dos serviços de cobrança dos impostos estaduais.

CONCLUSÃO

- - - - -

O tema dessa pesquisa prendeu-se a dois fatores: a Republicanização da sociedade paraense e o abastecimento de gêneros (alimentos, produtos extrativos para exportação, serviços e gêneros alimentícios, etc.) em Belém. Trata-se da investigação do processo de republicanização no Pará detendo-se na análise de um aspecto que reflete economicamente sobre a população, que é aquele abastecimento o qual ter-se-á como repercussão da nova estruturação política, posto que a República representou uma nova organização da administração pública da economia a nível estadual, mas isso é difícil de ser considerado pelos poucos documentos emitidos pelo Governo nesse momento de transição.

Nossa proposta de investigação relacionou esse abastecimento ao movimento republicano. Enfatizamos bastante o caráter de novidade social provocado pelo movimento republicano, tanto a nível nacional quanto local. "O abastecimento portanto, é apenas um tema dentro do contexto da república para evidenciar essas possíveis inovações". Não tivemos aqui de colocar aqui a questão do abastecimento como tema primeiro; ele representa, neste trabalho, um item secundário e confirmatório apenas. A hipótese do abastecimento de Belém se confirmaria como benéfica à população por causa da melhoria da fiscalização, proporcionada pela criação do Governo Estadual. Quanto à questão da Republicanização da sociedade, nossa hipótese também se confirmaria quanto a seu caráter de inovação superficial das relações de produção, para beneficiar novas elites sociais.

O processo de republicanização, no entanto, foi lento e gradual, não podendo ser visto apenas a partir do 15 de novembro de 1889. Sua gestação é fruto da movimentação política de grupos sociais emergentes e foi tardio em relação aos ocorridos nos grandes centros econômicos mundiais, como E.U.A. ou França. A república brasileira resultou da importação de idéias desses centros e, com um longo período de adequação estrutural decorrente, foi efetivada por esses setores da sociedade comprometidos com a euforia do mundo capitalista em consolidação industrial.

No Brasil, a realidade escravocrata da produção reinterpretou os modelos liberais em voga no mundo, no século passado. A ascensão da elite cafeeira paulista, reivindicando o fim do ônus causado pela sustentação de um sistema produtivo pouco eficiente para o desenvolvimento das forças produtivas, unido a um seguimento novo reclamando maior participação no cenário político e econômico -- os militares --, promovem mudanças na superfície das esferas da administração do país.

Para os empresários do café, a república concretizou seus objetivos de expansão das atividades econômicas desenvolvidas, conseguindo daí em diante uma maior liberdade para implementar políticas condizentes com seus objetivos, como incremento da imigração de mão-de-obra assalariada para o trabalho nas fazendas, maior direito de comercialização de seus produtos sem a interferência direta do Estado, direito de criação de bancos, etc.

O caso da república do Pará foi interessante, posto que a mesma ocorre concomitantemente com o período de aquecimento das exportações da indústria extrativa. Se a comunidade econômica regional obtinha uma renda muito baixa na metade do século passado, já com o primeiro

governo republicano obtêm uma capitalização efetiva, proporcional à procura da produção gomífera oriunda dos seringais. As elites locais se reciclam economicamente, oxigenadas pelo elevado preço do produto no mercado externo. É parte dessa elite (principalmente as famílias tradicionais, possuidoras de grande poder de especulação no comércio local) que irá se envolvida pelo processo de republicanização do Estado do Pará, uma vez que esse processo ocorre, segundo interpretação do próprio Lauro Sodré, de um epicentro (Rio de Janeiro) para as capitais regionais. É bem verdade que a atuação de personagens locais foi decisiva, criando no imaginário popular verdadeiros mitos, como é o caso do próprio Lauro Sodré.

Sua atuação como governador foi beneficiada pelos elevados rendimentos obtidos pelo Estado com a indústria da exportação de borracha e, em menor escala, do cacau, da castanha e outros.

Na parte da ampliação do parque urbanísticos, essas exportações promoveriam inversões consideráveis na esfera do poder público. A medida em que a sociedade local se capitalizava com rendas advindas dos lucros proporcionados pelo setor primários, tornava-se mais exigente. Tratava-se de uma sociedade que exportava sobremaneira produtos agrícolas, importando bens manufaturados em centros industrializados da Europa e E.U.A..

A essa sociedade de oligarquias extrativista e comerciais não importava somente bens de consumo materiais, importava também bens imateriais como doutrinas estéticas (art nouveau) e ideologias como a de desenvolvimento e de progresso, típicas de uma visão de mundo cientificamente elaborada e que foram largamente utilizadas por Lauro Sodré, com a finalidade de aperfeiçoamento administrativo estatal,

visando a eficiência das operações previstas pelas duas Cartas Republicanas (Federal e Estadual), como já foi demonstrado no capítulo II, que trata da questão de seu Governo.

A consolidação da estrutura de funcionamento urbano de Belém possibilitou à população local experimentar, já no seu Governo, o bem estar do consumo de certos serviços públicos essenciais na atualidade, como foi o caso do abastecimento de água que, embora irregular no início de sua gestão, tornou-se eficiente no decorrer de seu Governo. O mesmo ocorreu com o fornecimento de carne verde que foi regularizado, embora ainda se mantivesse precário para uma população de crescente demanda de alimentos.

A motivação do comércio de Belém ocorreu em função da formação de fortunas locais, e foi aquecido principalmente pela injeção de capitais exteriores que fixaram-se na região objetivando a exportação da borracha extrativa, para o mercado manufatureiro internacional (Londres e Nova York).

Não foi o processo republicano nacional que, quando estendido à região amazônica, propiciou o fortalecimento urbano, econômico e cultural de Belém. A república representou para as oligarquias locais a possibilidade de um controle efetivo sobre o que era produzido e exportado através de Belém. A conjuntura republicana regional, portanto, tal como no resto do país, consolidou um forte regime de desigualdades econômicas no seio da população após a proclamação, com os grupos tradicionais hegemonizando e monopolizando a condução política da sociedade local, assim como o próprio comércio que abastecia tanto o mercado externo, quanto o próprio mercado de consumo local.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BORGES, Ricardo. Vultos Notáveis do Pará. Belém. Conselho Estadual de Cultura. 1970.
- _____. O Pará Republicano. Belém. Conselho Estadual de Cultura. s.d.
- CASALECHI, José Enio. A Proclamação da República. São Paulo. Brasiliense. 1982.
- CORDEIRO, Luiz. O Estado do Pará, Seu Comércio e Indústria -- 1719-1920. Belém. Tavares Cardoso e Companhia. 1920.
- CRUZ, Ernesto. História do Pará. 2o vol. Belém. Governo do Estado do Pará. s.d.
- FAUSTO, Bôris. Pequeno Ensaio de História da República (1889-1945). São Paulo. Cadernos Cebrap No. 10. 1973
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As Idéias Estão no Lugar in: Cadernos de Debate No.1.
- HOBBSBAWM, Eric J. A Era do Capital. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. T. A. Queiroz. 1985.
- SECRETARIA de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Panfleto Comemorativo do 15 de Novembro: Proclamação da República, Ordem, Progresso, Liberdade, Independência. s.d.
- SODRÊ, Emmanuel. Lauro Sodré na História da República. Rio de Janeiro. Edição do autor. 1970.
- SODRÊ, Lauro. Relatório de Governo. Belém. Typografia Oficial de Belém. 1893.
- _____. Mensagem de Governo ao Congresso do Pará. Abril de 1894. Belém. Typografia do Diário Oficial.
- _____. Mensagem de Governo. Belém. Typografia Oficial de Belém. 1892.
- SANTOS, Roberto. História Económica da Amazônia (1800-1920). São Paulo. T. A. Queiroz. 1980.